

Resistência docente em tempos de plataformação da educação básica: uma análise discursivo-crítica de tecnodiscursos sindicais

José Isavam Oliveira Silva * 

Danie Marcelo de Jesus 

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Brasil

*Correspondência: isavam7@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa tecnodiscursos sindicais sobre a plataformação da educação pública, tomando como *corpus* duas reportagens digitais produzidas por entidades representativas de trabalhadores da educação, vinculadas ao Sintep/MT e ao APP-Sindicato/PR. Esses textos, caracterizados como tecnogêneros jornalístico-digitais (Paveau, 2017), discutem os impactos das plataformas no trabalho docente, denunciando adoecimento, sobrecarga, perda de autonomia e imposição tecnológica por parte das secretarias estaduais de educação. O estudo investiga como os sindicatos constroem discursivamente a resistência à plataformação e quais representações produzem sobre docentes, gestão e tecnologias. O objetivo central é analisar as estratégias discursivas mobilizadas pelas entidades na denúncia da coerção tecnológica e na defesa de sentidos ético-pedagógicos alternativos. A investigação fundamenta-se na Análise de Discurso Crítica (Magalhães, 2010), que compreende identidades como construções processuais intensificadas pelo ambiente digital. Os resultados evidenciam representações que vitimizam professores, criticam práticas gerenciais e revelam silenciamento e subalternização (Spivak, 2010) diante da ausência de participação docente nas decisões tecnológicas. Identificaram-se também estratégias de legitimação e deslegitimação (van Leeuwen, 2008; Wodak, 2009) e polarizações discursivas (van Dijk, 2008; 2011). Os tecnodiscursos sindicais configuram-se como um campo organizado de luta, no qual autonomia docente, participação democrática e defesa do diálogo se contrapõem à racionalidade tecnogerencial.

PALAVRAS-CHAVE:

Tecnodiscursos sindicais
Plataformação da educação

Análise de Discurso Crítica
Resistência docente
Precarização do trabalho
Governança algorítmica

Introdução

A expansão das políticas de plataformização na educação pública brasileira tem produzido novas formas de enunciação, regulação e controle discursivo. Nos estados de Mato Grosso e do Paraná, as secretarias estaduais de educação intensificaram a adoção de plataformas digitais como mediadoras dos processos de ensino e aprendizagem. Embora apresentadas como iniciativas de modernização pedagógica, essas políticas têm gerado tensões, à medida que docentes e entidades sindicais denunciam coerção, sobrecarga de trabalho e processos de desumanização das práticas pedagógicas.

Neste estudo, o conceito de plataformização é compreendido como uma reconfiguração estrutural das formas de organização, gestão e controle do trabalho docente no contexto do capitalismo digital. Alinha-se à perspectiva da Sociologia do Trabalho, às contribuições de Previtali e Fagiani (2020), entende-se que a plataformização integra um movimento amplo de reestruturação produtiva, no qual as plataformas digitais se tornam infraestruturas centrais para a execução, organização e governança do trabalho. Nessa direção, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) definem a plataformização como um processo de crescente dependência de plataformas digitais para a realização das atividades laborais, associado à intensificação de mecanismos de controle e à racionalização da força de trabalho.

No campo educacional, esse processo se articula à ampliação de dispositivos de monitoramento, padronização e avaliação contínua do trabalho docente, mediados por lógicas algorítmicas e gerenciais. Assim, a associação entre plataformização e precarização decorre da identificação de elementos como ampliação da jornada, sobrecarga de tarefas, responsabilização individual dos docentes, perda de autonomia pedagógica e fortalecimento de mecanismos de controle e vigilância. Essas características indicam que a plataformização implica a reorganização das relações de trabalho e a intensificação de formas de subordinação, frequentemente descritas como “autogerenciamento subordinado” no contexto do trabalho digital.

Reconhece-se, contudo, que o conceito não é unívoco e que há perspectivas que enfatizam seus potenciais benefícios, como flexibilização e otimização de processos. Ainda assim, no recorte analítico adotado, privilegia-se

uma abordagem crítica que problematiza a suposta neutralidade técnica das plataformas, compreendendo-as como artefatos sociotécnicos atravessados por interesses, disputas e relações de poder (Paveau, 2017; 2021), cujos efeitos incidem diretamente sobre as condições de trabalho e sobre a produção de sentidos no campo educacional.

Nesse contexto, o problema que orienta este estudo consiste em compreender como a implantação dessas plataformas influencia os modos de enunciação, as práticas pedagógicas e as relações de poder entre gestão e docentes nas redes públicas estaduais de Mato Grosso e do Paraná. Assim, o objetivo central do artigo é analisar os discursos produzidos pelo Sintep/MT (CNTE, 2023) e pelo APP-Sindicato/PR (2023) sobre a adoção de plataformas digitais, identificando estratégias discursivas de resistência, de controle e de resignificação ética e pedagógica que emergem nos tecnodiscursos em circulação no ambiente digital.

O corpus da pesquisa foi constituído por (2) duas reportagens digitais: “Mais de 70% dos professores da rede estadual relatam adoecimento pelo uso de plataformas digitais” (APP-Sindicato/PR, 2023) e “Seduc-MT pressiona professores para adesão ao modismo virtual” (Sintep/MT – CNTE, 2023). As (2), publicadas em portais sindicais e difundidas em Redes Sociais, configuram tecnogêneros jornalístico-digitais, conforme definido por Paveau (2017), caracterizando-se pela natividade digital, pela multimodalidade e pela presença de hiperlinks, botões de compartilhamento e outros tecnossignos que participam da construção de sentidos. A seleção do corpus decorreu da convergência temática das reportagens, que evidenciam as tensões entre discursos institucionais de modernização tecnológica e discursos docentes de resistência, ao denunciarem as implicações éticas, pedagógicas e laborais da plataformização nos contextos do Mato Grosso e do Paraná.

A análise fundamentou-se na Análise de Discurso Crítica proposta por Magalhães (2010), partindo do entendimento de que identidades são construções discursivas processuais e relacionais que, no ambiente digital, são intensificadas pela lógica algorítmica, pela velocidade de circulação e pela reconfiguração permanente da interdiscursividade. A partir desse referencial, procedeu-se ao mapeamento das identidades e dos discursos mobilizados nas reportagens, buscando compreender de que forma os textos constroem agentes

sociais, posições enunciativas e relações de poder. Essa abordagem permitiu evidenciar processos de silenciamento e apagamento discursivo, bem como formas de visibilização estratégica de determinadas vozes, em especial aquelas vinculadas ao movimento docente e sindical nos (2) dois contextos analisados.

Para o desenvolvimento da análise, adotou-se a Análise do Discurso Digital (ADD), como formulada por Paveau (2017, 2021), cuja perspectiva ecológica permite compreender a constituição dos discursos em sua relação intrínseca com os ambientes tecnolinguageiros. Essa base teórica foi articulada às contribuições de Dias (2018) e de Lourenço e Baronas (2021), que aprofundam a compreensão dos modos como sujeito, memória, arquivo e práticas digitais operam na produção discursiva.

Nesse movimento, incorporaram-se ainda as discussões de Silva, Taborelli e Jesus (2025), que evidenciam processos de silenciamento e invisibilização em plataformas educacionais, e de Pinheiro (2023), que aborda a construção de objetos de tecnodiscurso. Soma-se a esse quadro a contribuição de Previtali e Fagiani (2020), que analisam o trabalho digital no contexto da reestruturação produtiva e evidenciam como a incorporação de tecnologias na educação intensifica processos de controle, precarização e responsabilização do trabalho docente. Para os autores, a digitalização reconfigura as relações de poder, amplia mecanismos de vigilância e gestão sobre os trabalhadores, aspecto fundamental para compreender os sentidos de resistência que emergem nos tecnodiscursos sindicais analisados.

A partir dessa articulação metodológica, tornou-se possível examinar enunciados, tecnossuportes, tecnogêneros e tecnosignos presentes nas reportagens do APP-Sindicato/PR (Paraná) e do Sintep/MT (Mato Grosso), observando como sujeitos, tecnologias e instituições disputam sentidos na ecologia tecnodiscursiva em que se inserem. Esse procedimento possibilitou organizar as identidades discursivas e as problemáticas associadas a cada agente envolvido, fornecendo uma base consistente para compreender criticamente os conflitos que emergem na implementação da plataformização da educação pública no Brasil.

Materiais e métodos

O *corpus* deste estudo é composto por (2) duas reportagens digitais que discutem a plataformização da educação pública no Brasil. A primeira, “Mais de 70% dos professores da rede estadual relatam adoecimento pelo uso de plataformas digitais” (APP-Sindicato/PR, 04/08/2023), apresenta dados sobre os impactos do uso de tecnologias nas condições de trabalho docente no estado do Paraná. A segunda, “Seduc-MT pressiona professores para adesão ao modismo virtual” (Sintep/MT – CNTE, 08/03/2023), reúne críticas de professores e do Sintep/MT à imposição do uso de plataformas pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

As reportagens, veiculadas em portais sindicais e difundidas nas Redes Sociais, configuram tecnogêneros jornalístico-digitais (Paveau, 2017), caracterizados pela natividade digital, pela multimodalidade e pela presença de *hiperlinks* e dispositivos de compartilhamento. A seleção desse *corpus* justificou-se pela convergência temática: a plataformização da educação pública e pela emergência de tensões entre discursos institucionais de modernização tecnológica e discursos docentes de resistência.

Para a análise dos dados, adotou a Análise de Discurso Crítica (ADC) fundamentada em Izabel Magalhães (2010), cuja obra oferece contribuições para compreender a construção discursiva de identidades e relações de poder. Na perspectiva de Magalhães (2010), as identidades são processuais, relacionais e discursivamente construídas, no ambiente digital, onde a multimodalidade, a velocidade e a lógica algorítmica intensificam disputas por visibilidade, legitimação e autoridade. O discurso digital amplia a interdiscursividade, uma vez que postagens, *hiperlinks* e textos replicados rearticulam discursos jornalísticos, sindicais, científicos e institucionais.

A análise considerou processos de silenciamento e apagamento discursivo, para compreender quais vozes são destacadas e quais permanecem marginalizadas nos textos digitais. A partir desses princípios, procedeu-se ao mapeamento das identidades mobilizadas nas reportagens e dos discursos associados a elas, sintetizados no Quadro 1.

IDENTIDADES	DISCURSOS

Quadro 1. Identidades e Discursos. **Fonte:** Magalhães, 2010 (adaptação).

Com base no modelo apresentado no Quadro 1, procedeu-se à identificação dos principais agentes presentes nas reportagens e das problemáticas associadas a cada um. Ressalta-se que o referido quadro tem caráter ilustrativo e metodológico, sendo utilizado como referência para a organização dos dados nas seções analíticas subsequentes. Esse procedimento permitiu nomear e sistematizar as identidades e seus respectivos discursos, em conformidade com os parâmetros analíticos propostos por Magalhães (2010).

Resultados e discussão

O *corpus* analisado foi composto por duas reportagens sindicais de caráter jornalístico: uma do APP-Sindicato/PR e outra do Sintep/MT. Ao considerar as limitações da análise, não se pretende generalizar os resultados, mas compreendê-los como subsídios para reflexão¹.

Esses textos configuram um conjunto de tecnodiscursos sindicais (Paveau, 2017), produzidos em ambientes digitais institucionais e replicados em Redes Sociais, o que reforçou sua circulação pública e política. Por se tratar de materialidades nativamente digitais, articularam múltiplos recursos semióticos, texto verbal, fotografias, logotipos, *hiperlinks* internos, marcadores de compartilhamento, hashtags, o que compõe aquilo que Paveau (2017) denomina “tecnogêneros discursivos”. Esses gêneros só existem em um ecossistema técnico específico, no qual interfaces, plataformas e arquiteturas digitais condicionam modos de produção, circulação e recepção do discurso.

No primeiro texto do site da APP-Sindicato, diferentes grupos construíram sentidos variados em torno da plataformização da educação. Os trabalhadores

1 As matérias jornalísticas analisadas podem ser consultados nos seguintes endereços oficiais: APP-Sindicato – *Mais de 70% dos(as) professores(as) da rede estadual relatam adoecimento pelo uso de plataformas digitais*: <https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dos-as-professores-as-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/> e Sintep-MT / CNTE – *Seduc-MT pressiona professores para adesão ao modismo virtual*: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/seduc-mt-pressiona-professores-para-adesao-ao-modismo-virtual/i:2305

da educação aparecem como sujeitos afetados por “adoecimento”, “sobrecarga” e “excesso de plataformas”, sendo impactados pelas condições impostas pelo uso intensivo de tecnologias digitais.

Em contrapartida, as entidades sindicais posicionaram-se, denunciando a perda de autonomia docente e questionando o modelo de implementação imposto pela Secretaria da Educação. Pesquisadores e especialistas reforçaram diagnósticos de estresse e evidenciam os impactos da digitalização tanto nas condições de trabalho quanto no processo de ensino-aprendizagem.

A Secretaria da Educação emergiu no texto como agente de controle, metas e obrigatoriedade tecnológica, contrastando com os estudantes, que aparecem como sujeitos de baixa aprendizagem e crescente dependência tecnológica. A comunidade escolar foi descrita em termos de pressões institucionais e ausência de diálogo, configurando um cenário complexo de conflitos, tensões e assimetrias produzidas pela política de plataformização.

IDENTIDADES	DISCURSOS
Trabalhadores da educação	Adoecimento; Sobrecarga; Excesso de plataformas;
Entidades sindicais	Crítica à plataformização; Defesa de autonomia docente;
Pesquisadores e especialistas	Diagnóstico de adoecimento; Impactos da plataformização;
Secretaria da Educação	Metas; Controle; Uso obrigatório das plataformas;
Estudantes	Baixa aprendizagem; Dependência tecnológica;
Comunidade escolar	Pressão institucional; Falta de diálogo;

Quadro 2. Identidades e Discursos no site APP-Sindicato.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Magalhães, 2010.

Cabe registrar que o discurso do APP-Sindicato construiu identidades e posicionamentos sobre a plataformização da educação; portanto, a interdiscursividade, em que se articulam trabalhadores da educação, entidades sindicais, pesquisadores, estudantes e a Secretaria da Educação, se dá entre discursos de adoecimento, sobrecarga e excesso de plataformas e discursos de controle, metas e obrigatoriedade tecnológica. A presença de termos como “adoecimento”, “sobrecarga”, “excesso de plataformas”, “metas”, “controle”, “uso obrigatório”, “autonomia docente”, “debate” e “interação humana” materializa linguisticamente essa interdiscursividade na forma de intertextualidade, ao conectar experiências cotidianas dos professores com

posições institucionais e críticas sindicais.

No plano da prática sociocultural, a interdiscursividade evidencia tensões éticas e profissionais: mostra como a implementação das plataformas digitais pode comprometer a saúde e a autonomia dos docentes, revela os esforços de resistência e de defesa da aprendizagem e do diálogo na comunidade escolar. De acordo com Magalhães (2010), discursos institucionais “produzem modos de ser e de agir, regulando posições sociais”, o que se evidencia quando o professor é representado como sujeito vulnerabilizado.

Os trabalhadores da educação apareceram associados a expressões como “adoecimento” e “excesso de plataformas”, compondo uma semântica de precarização. Para van Leeuwen (2008), representações desse tipo operam estratégias de vitimização e passivização, pois o docente é posicionado como alguém sobre quem as ações recaem: “imposição”, “obrigatoriedade”, sempre atribuídas a agentes externos. A Secretaria da Educação foi, assim, construída discursivamente como agente coercitivo, associada a “metas”, “controle” e “uso obrigatório”, o que reforça relações assimétricas de poder.

Van Dijk (2008; 2011) mostra que discursos organizam polaridades sociais, estabelecendo modelos mentais do tipo nós/eles. A tabela expressa esse padrão: nós (professores, sindicatos, comunidade) aparecem como sujeitos “adoecidos” e “excluídos do diálogo”, enquanto eles (Seduc) são marcados por léxico de vigilância e dominação: “metas”, “vigilância”, “controle”. Como afirma o autor, “os discursos reproduzem a desigualdade quando constroem o outro como ameaça ou agente de dominação” (van Dijk, 2008, p.72).

A presença de especialistas funcionou como mecanismo de legitimação. Segundo van Leeuwen (2008), esse processo corresponde à autorização por especialista, conferindo credibilidade à denúncia sindical. Ruth Wodak (2009; 2015) acrescenta que políticas públicas operam como práticas de controle sustentadas por estratégias discursivas de autoridade. Termos como “uso obrigatório” e “metas” indicam governança algorítmica e racionalidades tecnogerenciais que se sobrepõem à autonomia pedagógica.

Os estudantes apareceram como sujeitos de “baixa aprendizagem” e “dependência tecnológica”, o que ampliou o escopo crítico: toda a comunidade escolar. Esse deslocamento, para Magalhães (2004), faz parte de

um “movimento discursivo de responsabilização institucional”, em que os problemas deixam de ser individuais e passam a ser denunciados como efeitos de políticas de controle.

A leitura ganhou profundidade quando articulada à perspectiva de Spivak (2010). Para a autora, “o subalterno não consegue falar quando sua fala não encontra espaço de escuta na estrutura do poder”. Nesse sentido, o professor aparece como sujeito subalternizado nos processos decisórios da política tecnológica, cuja implementação se dá de forma unilateral, marcada por termos como “obrigatória” e “imposta”. A experiência docente deixa de orientar as práticas institucionais, caracterizando o que Spivak (2010) denomina apagamento discursivo.

Esse silenciamento produziu efeitos sociais concretos. A intensificação da carga de trabalho, expressa pelo acúmulo de tarefas, multiplicidade de plataformas e ampliação da jornada, revelou que o professor se torna executor de demandas externas e tecnocráticas. O adoecimento e o desgaste emocional inscritos no discurso refletiram o que Magalhães (2008) define como “sofrimento institucionalmente produzido”, típico de ambientes de trabalho marcados por controle e baixa autonomia. A fragilização da autonomia docente e o apagamento das demandas da comunidade escolar reforçaram a dimensão política desse discurso. O APP Sindicato articula um conjunto de representações que configuram aquilo que Magalhães (2008) chama de “discurso de denúncia e resistência”: há, simultaneamente, explicitação de sofrimento e contestação das estruturas que o produzem. Assim, o discurso tensiona relações de poder e reivindica reconhecimento.

O segundo texto apresenta a seguinte tema “Seduc-MT pressiona professores para adesão ao modismo virtual”. O tema é seguida da seguinte frase em destaque “A educação pelo método Plurall é vista como medida de poucos resultados na aprendizagem dos estudantes”. Assim, a plataformização da educação no Mato Grosso, por meio do Sistema Estruturado (Plurall), gerou críticas e tensões entre diferentes atores.

Os professores reclamam de sobrecarga, jornada estendida, falta de diálogo e da ineficiência das ferramentas, percebe baixo impacto pedagógico para os estudantes. O Sintep-MT e representantes como Guelda Andrade reforçam a

crítica à imposição das plataformas, defende a autonomia docente e a preservação da relação humana no ensino, alertando para o risco de substituir o contato pedagógico pela mediação tecnológica.

Os estudantes enfrentam dificuldades de acesso e limitações no aprendizado. Já a Seduc-MT é apresentada como agente de imposição, pressão por adesão e controle por índices, acentuando o caráter coercitivo do modelo.

IDENTIDADES	DISCURSOS
Professores	Críticas à plataformização; Jornada estendida; Falta de diálogo;
Sintep-MT (Sindicato)	Crítica à plataformização; Defesa da autonomia docente;
Guelda Andrade	Defesa da autonomia e da relação humana;
Estudantes	Dificuldade de acesso; Baixo impacto na aprendizagem;
Seduc-MT	Imposição; Pressão por adesão; Controle por índices;
Sistema Estruturado	Ineficiência; Tutoriais complexos; Imposto sem diálogo;

Quadro 3. Identidades e Discursos no site do Sintep-MT.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Magalhães, 2010.

As expressões como “jornada estendida”, “sem negociação”, “plataforma ineficiente”, “imposta”, “pressão por adesão” e “coerção” configuraram um quadro discursivo de desgaste e confronto institucional. Assim, o Quadro 3 intensificou a crítica sindical, apresentou práticas discursivas de resistência estruturadas, próximas do que Magalhães (2004) denomina *resistência organizada*. Os professores foram descritos como sujeitos exaustos, que atuam em jornadas ampliadas e sem espaço de negociação, o que reforça sua posição de vulnerabilidade.

O Sistema Estruturado é avaliado negativamente: “ineficiente”, “complexo”, “mal-feito”, constrói um discurso avaliativo. Para Wodak (2015), esse tipo de predicação negativa funciona como estratégia discursiva de deslegitimação: “a deslegitimação ocorre por avaliações negativas que colocam o outro como moralmente inadequado”.

A presença de “Guelda Andrade” opera como recurso de personalização (van Leeuwen, 2008), fortalece a autoridade discursiva do sindicato e criando um polo de liderança. Já segundo van Dijk (2012), expressões como “controle por índices”, “pressão por adesão” e “coerção” articularam modelos mentais de vigilância institucional, produziu uma polarização explícita entre nós (professores

precarizados) e eles (gestores impositivos e privatistas).

Ao denunciar que as plataformas “substituem a relação humana”, “desrespeitam a autonomia” e “acirram a competição”, o Sintep-MT desestabilizou a narrativa de neutralidade técnica. Como argumenta van Leeuwen (2008), práticas institucionais são apresentadas como meras exigências técnicas, mas o discurso sindical expõe seu caráter político. Esses sentidos convergem com debates recentes sobre tecnogovernança (Pinheiro, 2023), nos quais a tecnologia opera como instrumento de gestão e vigilância, e não como apoio pedagógico.

Spivak (2010) oferece uma chave para compreender o silêncio estrutural denunciado pelo Quadro 3: professores e estudantes permanecem “*subalternos*” porque não participam da formulação da política. A autora afirma que o subalterno é aquele cuja fala é excluída das instâncias legítimas. Na leitura do Quadro 3, se materializa na política imposta *de cima para baixo*, o que produz apagamento e despossessão discursiva.

Esse processo gerou efeitos como: aprofundamento da precarização, intensificação da jornada, desvalorização da prática docente, enfraquecimento da relação humana no ensino e exclusão dos professores das decisões. Assim, o discurso constrói socialmente a percepção de que a política educacional é um mecanismo de controle, e não uma ferramenta pedagógica.

Nesse cenário, professores foram representados como sujeitos afetados, enquanto sindicatos atuam como mediadores autorizados de sua fala. O resultado foi a produção de uma narrativa pública de resistência que articula sofrimento, crítica e mobilização política, expressão plena do discurso de denúncia e resistência, teorizado por Magalhães.

Convergências discursivas (APP + Sintep-MT)

Os dois quadros analisados revelaram um conjunto sólido e interdependente de sentidos discursivos que construíram uma crítica consistente à política de plataforma da educação. Tanto o APP quanto o Sintep-MT convergem para a representação de uma docência marcada pelo adoecimento, sobrecarga e perda de autonomia.

Como indicam os dados, o professor foi associado a condições de

“exaustão”, “pressão por metas” e “uso obrigatório de plataformas”, elementos que configuram, discursivamente, um cenário de precarização crescente. Essa percepção se articula ao que demonstram Silva, Tadorelli e Jesus (2025), ao analisarem discursos midiáticos sobre políticas educacionais: “as representações midiáticas não são neutras: elas refletem ideologias e relações de poder que moldam a percepção social” (p.416). Esse mecanismo apareceu nas notícias sobre platformização em Mato Grosso, nas quais “o discurso da excelência e do mérito tratou a educação como produto, o professor como agente produtivo e o aluno como empreendedor de si” (Silva; Tadorelli; Jesus, 2025, p.417).

Essa convergência confirma o que Magalhães (1996; 2010) denomina “tecido discursivo crítico”, em que múltiplos agentes: sindicatos, especialistas, trabalhadores da educação e comunidade escolar, constroem vozes que dialogam e se fortalecem diante de estruturas institucionais de poder. Nesse sentido, o discurso sindical operou como forma de resistência organizada, pois, como explica a autora, “os discursos representam as disputam, tensionam e reconfiguram”.

Enquanto o APP Sindicato articulou um discurso de denúncia, apontou sobrecarga e adoecimento, o Sintep-MT converge e amplifica essa crítica, estruturando-a de modo mais político e combativo. Conforme Magalhães (2004; 2008), isso configura um discurso de resistência institucionalizada, capaz de mobilizar sentidos coletivos contra práticas gerencialistas que moldam a platformização. Esse movimento de disputa discursiva aparece nas reportagens analisadas por Silva, Tadorelli e Marcelo de Jesus (2025), nas quais se observou que “o discurso midiático revelou tensões entre visibilidade e apagamento, autonomia e controle” (p.418), reforçando a pertinência de leituras críticas sobre poder e linguagem.

A análise integrada dos dois quadros evidenciou, ainda, que a platformização é apresentada como prática coercitiva e centralizada. Relatos sobre “metas impostas”, “vigilância por índices” e “controle de desempenho” reforçam o que Wodak (2009) descreve como estratégias de autoridade e normalização características de discursos institucionais: “A linguagem do controle funciona para estabilizar hierarquias e legitimar decisões políticas que se pretendem neutras”. Nesse contexto, a Seduc-MT emerge como a instituição que exerce esse controle, por meio de práticas discursivas e administrativas que limitam o espaço de participação docente.

Van Leeuwen (2008) contribui para reforçar esse ponto ao demonstrar que políticas podem ser representadas como neutras, técnicas ou inevitáveis. Nos discursos jornalísticos sobre tecnologia educacional, analisados por Silva, Tadorelli e Marcelo de Jesus (2025), se observou esse processo: reportagens atribuíram centralidade institucional à Seduc-MT, apresentando os estudantes por meio de estruturas como “com base nos resultados obtidos em sala de aula” (p.421) ou “a Plataforma Mais Inglês, que é ofertada pela Secretaria de Estado de Educação” (p.421), deslocando a agência para órgãos de governo e apagando sujeitos.

No entanto, os discursos analisados evidenciam a desnaturalização da plataformização pelos sindicatos. Termos como “substituição da relação humana”, “desrespeito à autonomia” e “imposição sem diálogo” denunciam mecanismos de legitimação institucional que, segundo o autor, tendem a apagar a agência dos sujeitos afetados: “A legitimação opera muitas vezes pela ocultação das instâncias de decisão”.

Van Dijk (2008; 2011) auxilia na compreensão de como esses discursos constroem modelos mentais de polarização entre ‘nós’ e ‘eles’. Nos quadros, “nós” (professores, sindicatos e comunidade escolar) são representados como sujeitos prejudicados, adoecidos e excluídos das decisões, enquanto “eles” (Seduc-MT, gestores e formuladores externos) aparecem como agentes de controle e vigilância. Esse processo reflete o que o autor caracteriza como “processos cognitivos de resistência e autoproteção do grupo social dominado”. Da forma, Silva, Tadorelli e Jesus (2025) evidenciaram que estudantes, embora por vezes apresentados como protagonistas, também são frequentemente “representados como atores passivos e beneficiados pelos processos realizados pelo Estado ou pela Plataforma” (p.423).

A crítica de Spivak (2010) amplia esse entendimento ao revelar que professores e estudantes ocupam posições subalternas dentro da política tecnológica. Como afirma a autora: “O subalterno não consegue falar quando sua fala não encontra espaço de escuta na estrutura do poder”. A política analisada, ao se impor “de cima para baixo”, confirma esse silenciamento estrutural, produzindo uma participação apenas formal dos sujeitos escolares, cujas demandas efetivas permanecem invisibilizadas. Essa observação encontra ressonância direta no estudo de Silva, Tadorelli e Jesus (2025), quando

demonstram que, embora estudantes sejam descritos como ativos: “a plataforma capacita os estudantes para superarem as dificuldades impostas pela dislexia” (p.419), sua voz permanece ausente, pois “o discurso permaneceu elaborado sem sua escuta direta” (p.420).

Em conjunto, os discursos presentes nos dois quadros reiteram sentidos como: adoecimento, sobrecarga, perda de autonomia, impactos negativos na aprendizagem, exclusão digital, ausência de diálogo e uso de especialistas para legitimar denúncias. Esses elementos configuram o que Magalhães (2008) descreve como “discurso de denúncia e resistência”, em que sofrimento, crítica e mobilização aparecem articulados para enfrentar políticas percebidas como opressivas ou injustas.

Ao integrar os aportes de Magalhães (1996; 2000; 2008), Van Leeuwen (2008), Van Dijk (2008; 2011), Wodak (2009) e Spivak (2010), torna-se evidente que a plataformização foi apresentada como uma forma de governança digital que reorganiza relações de poder, redefine o trabalho docente sob lógica gerencial e fragiliza a centralidade da relação humana no ensino. Assim, os discursos do APP e do Sintep-MT construíram um campo discursivo de enfrentamento, no qual a defesa da autonomia docente e da participação democrática emerge como eixo central de resistência. As análises midiáticas realizadas por Silva, Tadorelli e Jesus (2025) reforçam esse diagnóstico ao concluírem que representações digitais, mesmo quando enfatizam protagonismo, operam “sem participação direta, escuta ou coautoria dos sujeitos” (p.424), reiterando mecanismos de invisibilização e reforçando a importância crítica das vozes docentes e sindicais.

Considerações finais

A análise dos tecnodiscursos do APP-Sindicato/PR e do Sintep/MT evidenciou que a plataformização da educação nos estados de Mato Grosso e do Paraná é uma forma de governança digital marcada por controle, performatividade e imposição institucional.

Os discursos da Seduc-MT configuraram uma narrativa de autoridade e eficiência, legitimada pela ideologia da inovação tecnológica, enquanto os discursos docentes e sindicais produzem contraenunciados que denunciam a precarização do trabalho, a sobrecarga, o adoecimento e a limitação da

autonomia pedagógica, articulando valores humanistas e experiências concretas da prática educativa. Os tecnodiscursos sindicais demonstraram a relevância do digital como espaço de disputa e circulação de sentidos, permitindo que professores e sindicatos organizem formas de resistência e denúncia diante de estruturas de poder. A análise revelou ainda a articulação entre dimensões técnicas, simbólicas e políticas, mostrando como interfaces, plataformas e recursos tecnológicos coproduzem os significados e impactos percebidos.

Dessa forma, os resultados apontaram que a plataformização reconfigura as relações de poder na educação pública, redefinindo o trabalho docente sob lógica gerencial e fragilizando a centralidade da relação humana no ensino. Os discursos sindicais e docentes construíram um campo de enfrentamento e resistência, no qual a defesa da autonomia, do diálogo e da participação democrática emerge como eixo central de contestação, reafirmando a importância de analisar criticamente as políticas tecnodiscursivas em contextos educacionais.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. *Plataformização do trabalho: características e tendências*. *Sociologias*, Porto Alegre, v.23, n.57, p.18–25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/5mmBzx9wGYzjkzPWvnDJPbg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 jul. 2026.
- APP-SINDICATO. *Mais de 70% dos professores da rede estadual relatam adoecimento pelo uso de plataformas digitais*. Sintep MT – Utilidades/Notícias, 4 ago. 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dosas-professoras-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- CNTE – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. [MT] *Seduc-MT pressiona professores para adesão ao modismo virtual*. CNTE CUT – Notícias, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/mt-seduc-mt-pressiona-professores-para-adesao-ao-modismo-virtual-9abc>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- DIAS, Cristiane P. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Repositório da Unicamp, 2018.
- LOURENÇO, Julia; BARONAS, Roberto L. (orgs.). *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. Disponível em: <https://www.gel.org.br/eventos/seminario-2021/lanamentos-anlise-do-discurso-digital-dicionario-das-formas-e-das-prticas>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- PAVEAU, Marie-Anne. *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*. Paris: Hermann, 2017.
- PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Trad. Julia Lourenço Costa; Roberto Leiser Baronas (orgs.). 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- PINHEIRO, Carla L. A construção de objetos de tecnodiscurso. *Revista da ANPOLL*, v. 54, n. 2, 2023.
- PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p.217–235.
- SILVA, Jose Isavam O.; TABORELLI, Juliana F.; DE JESUS, Danie M. Silêncio digital: a plataforma Mais Inglês e a invisibilização de sujeitos na educação pública de MT. *Revista GEMInIS*, v. 16, p.415–434, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14244/2179-1465.RG.2025v16p415-434>. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/891>. Acesso em: 12 dez. 2025.

Teacher Resistance in Times of Platformization of Public Basic Education: A Critical-Discursive Analysis of Labor Union Technodiscourses

ABSTRACT

This article analyzes union technodiscourses on the platformization of public education, taking as its corpus two digital news reports produced by representative organizations of education workers, affiliated with Sintep/MT and APP-Sindicato/PR. These texts, characterized as journalistic-digital technogenres (Paveau, 2017), discuss the impacts of platforms on teaching work, denouncing illness, work overload, loss of autonomy, and technological imposition by state education departments. The study investigates how unions discursively construct resistance to platformization and what representations they produce about teachers, management, and technologies. The main objective was to analyze the discursive strategies mobilized by the entities in denouncing technological coercion and in defending alternative ethical-pedagogical meanings. The research was grounded in Critical Discourse Analysis (Magalhães, 2010), which understands identities as processual constructions intensified by the digital environment. The results revealed representations that victimize teachers, criticize managerial practices, and expose silencing and subalternization (Spivak, 2010) in the face of the lack of teacher participation in technological decisions. Strategies of legitimation and delegitimation (van Leeuwen, 2008; Wodak, 2009) and discursive polarizations (van Dijk, 2008; 2011) were also identified. Union technodiscourses constitute an organized field of resistance, in which teacher autonomy, democratic participation, and the defense of dialogue stand in opposition to technomanagerial rationality.

KEY WORDS:

Labor union
technodiscourses
Platformization of
education
Critical Discourse Analysis
Teacher resistance
Precarization of work
Algorithmic governance

SUBMETIDO: 18 de março de 2026 | **ACEITO:** 19 de maio de 2026 | **PUBLICADO:** 31 de julho de 2026
© fólio – revista de letras 2026. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
